

IDALINA NUNES NOBRE

FERREIRAS

Estudo Histórico



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

FERREIRAS - Estudo Histórico

1ª EDIÇÃO

Junta de Freguesia de Ferreira,
apoio Caixa de Crédito Agrícola

2ª EDIÇÃO

Fevereiro de 2020

AUTORA

Idalina Nunes Nobre

DIREITOS DE AUTOR

A autora e Arandis Editora

PAGINAÇÃO E LAY-OUT

Fernando Lobo

CONCEPÇÃO DA CAPA:

Idalina Nunes

IMPRESSÃO

Gráfica comercial - Loulé

DEPÓSITO LEGAL

466577/20



Arandis Editora
Rua Camilo Castelo Branco
Edifício Poente da Aldeia nº 26
8200-276 Albufeira
arandiseditora@gmail.com
www.arandiseditora.pt

Prólogo

À Guisa de Prólogo

Quis Idalina Cabrita Nunes meter ombros à 2ª edição do volume que monograficamente dedicara à freguesia de Ferreiras, na sequência de outras monografias publicadas com o apoio do município de Albufeira.

Carece a população de uma obra que lhe lembre o que foram os tempos de outrora; as actividades a que seus avós se dedicavam; se por ali passaram romanos e árabes; se monges na Idade Média ou os freires das Ordens Militares; se os governos da capital, ao longo dos séculos, alguma vez se dignaram lançar olhar mais atento a esse burgo entalado entre a Serra e o Mar, num Barrocal cujas potencialidades ora cada vez se guindam mais alto, pela sua singularidade e beleza, pela serenidade do viver, pela comunhão maior com a Natureza...

Nunca, por isso, a história local vai morrer e as autarquias bem o compreendem: melhor conhecendo o passado, as raízes, mais o coração das gentes se envolve num mundo que assim sente como seu.

Em traços muito gerais, sem preocupação de erudições nem de mui rebuscadas pesquisas em tombos antigos, descurando propositadamente números, gráficos e aborrecidas descrições minuciosas, Idalina Nunes como que sobrevoa o território e o seu passado. Aliás, desta feita até cooptou Francisco Lopes, professor de geologia, para, minuciosamente, contar de como é que este solo nasceu, que história mostra suas rochas e seu subsolo, os «olheiros» que falam de abundantes caudais subterrâneos (e não há por ali os Olhos d'Água?).

E aí temos uma curiosa Ferreiras, a que, porventura, apenas faltará um pormenor, não de somenos: as pessoas. Compreendo que não é fácil; mas para lá se caminhará, a dizer que, afinal, não há ali somente abegões: o António Martins Cristóvão, que teve oficina, onde entrou, em 1930, o aprendiz Joaquim da Silva, que, em 1963, cria em Ferreiras a sua própria abegoaria e é agora seu filho, João Teodósio da Silva, que nos promete continuar a tradição de fazer carroças à maneira antiga! Outras pessoas quase anónimas fizeram essa história e, um dia, haveremos de as ouvir, a explicarem-nos de devoções, lobisomens, anos de fartura e de secas, os trabalhos de esparto, a empreita, alfarroba que não medra, candeio que viceja numa esperança...

Também eu sou do Barrocal. De S. Brás de Alportel – que com Ferreiras partilha duas características: a de também ser encruzilhada e alfobre de trabalhadores da pedra.

Vim para Cascais em finais da década de 40 do século passado e desde pequeno que o nome Ferreiras me soou. Primeiro, por causa da encruzilhada: por ali passava o comboio e, quando se ouvia «Ferreiras!», a gente até dava um pulo, que Faro era logo ali, «chegámos ao Algarve, pessoal!»... E por ali passava a camioneta, quando se preferia dar essa volta, em vez de enjoar nas infindáveis curvas e contracurvas do Caldeirão.

Depois, porque meu pai veio para aqui a fim de trabalhar nas pedreiras e o seu primeiro patrão foi o José Vieira Xufre, o «Zé Xufre», dono da maior pedreira de Birre, que até tinha forja e, no Inverno, aquele canto fundo da ‘cova’ era um lago de águas límpidas e nós, moços pequenos, até pensávamos que por ali se poderia criar peixe.

Tomar banho isso era perigoso e corria-se sério risco de ainda por cima se apanhar uma sova!...

Era de Ferreiras o Zé Xufre.
E o António Canteiro.

Deste eu nunca soube o apelido; se calhar, poucos o saberiam na verdade. Era o António «Canteiro». Hoje, que os estudos (como se diz no Algarve) me ensinaram a ler melhor a vida, percebo o que essa alcunha significa: ele era «o canteiro», assim se distinguia de outros Antónios, cabouqueiros quiçá ou meros trabalhadores a quem apenas competia, criando calos na picareta e na pá, descobrir os bancos ocultos no chão atapetado de tojos e carrascos. «O canteiro», o que sabia olhar para a pedra mal aparelhada, punha-a a jeito e dali saíria, ao fim de um dia ou dois, uma soleira, um peitoril, uma ombreira...

Nunca soube porque Ferreiras se chamava assim – nem Idalina Nunes o quis esmiuçar. De minas de ferro não se tem notícia e, na página da Junta de Freguesia, conta-se a lenda que foi passando de geração em geração, a das manas Ferreiras, costureiras, num tempo em que todos delas precisávamos para arranjar os fundilhos, pregar botões, reforçar joelheiras, virar colarinhos... «Vou à das Ferreiras» – e, desta sorte, Lagoas, o nome prístino, caiu em desuso e as pessoas vieram ao de cima! Todavia, se alguém, a propósito dos Serros Altos (de que se falará a seguir), classificou o sítio como «povoação extinta ou arrasada e fundição antiga»; se a árula romana veio do «poço do Barnabé»; e se por ali se acharam e guardaram como materiais de valor arqueológico «sete fragmentos de mineral»... talvez a pista dos minérios também possa vir a não ser despendida, ainda que o estudo de Francisco Lopes seja omissivo nesse pormenor, certamente porque não há, de facto, nada de substancial a registar.

Veio, na década de 60, a descoberta da zona pelos estrangeiros, Albufeira soube arrebatá-la porque lambida pelo mar – inesperado acepipe para quem, lá dos frígidos nortes não tem sol nem água morna – e a publicidade balnear ganhou à tradição: a estação deixou de ser Ferreiras e passou a designar-se Albufeira, com maior sotaque árabe e muito inglês quotidiano. Diz-se agora que era tempo de voltar ao antigo; acho que, de todo, vai ser difícil; e eu optaria por Albufeira – Ferreiras, que a todos haveria de contentar e até daria azo a que viesse a saber-se que por ali também houve história e pessoas que labutavam de sol a sol.



Fig. 1 - Árula votiva

Como epigrafista, não poderia deixar passar em branco a circunstância de pertencer hoje ao território de Ferreiras o sítio dos Cerros Altos, cujo «poço do Barnabé» terá sido o local de achado do pequeno altar romano (hoje guardado no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa – fig. 1) a que Idalina Nunes faz breve referência. Que me seja permitido alargar-me aqui um pouco mais, porque o monumento o merece.

Em primeiro lugar, trata-se do que poderíamos chamar de um ex-voto ‘miniatura’. Ou seja, a intenção do dedicante seria oferecer à divindade (*posuit*, «pôs»), em consequência da promessa feita (*votum*), um altar (*aram*) onde pudessem mesmo ser sacrificadas vítimas. Em vez disso, quer por imperativos económicos quer pela necessidade de se gerir o espaço onde a oferta seria exposta, optou – como era, de resto, habitual – por mandar fazer uma

réplica de pequenas dimensões (tem 40,5 cm de altura e 22 cm na sua maior largura), ainda que com a decoração apropriada. Assim, teria no capitel a concavidade (o fóculo) para aí se verterem essências a queimar em honra do númen; uma linha de pérolas emprestaria graciosidade ao conjunto; na face dianteira, a inscrição (que Idalina Nunes transcreve); na face da esquerda, em baixo-relevo, a imagem de uma cabra estilizada (fig. 2), de abdómen dilatado e em posição de saltar, a simbolizar a vontade de perenemente se oferecerem sacrifícios; à direita, um punhal dentro da bainha, a mostrar que tudo estaria a postos para o ritual propiciatório (fig. 3).

Não são vulgares estas representações nas epígrafes da Lusitânia romana, pelo que se há de realçar a sua importância, a demonstrar a existência aqui, há dois mil anos, de uma comunidade culturalmente avançada. E até se poderia ver nestes baixos-relevos uma arte que os canteiros de Ferreiras ao longo dos séculos fizeram perdurar, até aos nossos dias!



Fig. 2 - Baixo-relevo: imagem de cabra estilizada.

A superfície dianteira, onde foi gravada a inscrição, ofereceu algumas dificuldades ao lapicida, pois o calcário oolítico não é, de facto, o melhor para receber uma epígrafe. Na 1ª linha, a última letra foi lida como sendo um D; hoje, porém, mais parece um T, semelhante, aliás, a um outro que poderia ler-se no final da linha 3 e que não terá qualquer significado. E uma primeira conclusão a tirar – que também



Fig. 3
Baixo-relevo:
imagem de punhal

transparece da epigrafia romana da Quinta de Marim, em Olhão¹ – é que o modelo estético se copia sem dificuldade, enquanto o domínio da escrita se mantém mais difícil de obter. Daí, por exemplo, se ter escrito *votum* (quando se esperaria voto, «por voto»).

Identifica-se o dedicante na última linha, com um único nome, o que indica tratar-se de um indígena – que adoptou, no entanto, um nome à latina – ou de um escravo. Chama-se *Peculiaris*, nome que não é frequente: não chegam à meia dúzia os testemunhos até agora registados na epigrafia romana da Hispânia e, no conjunto da epigrafia do Império, tínhamos, há poucos anos, o testemunho de apenas 76 homens, 8 mulheres e 16 escravos ou libertos. Significativo, proporcionalmente, este número de escravos com tal nome, cuja atribuição é indicativo de um certo apreço por parte do dono – o seu escravo era ‘especial’, ‘peculiar’... –, o que me leva a sugerir que, também aqui, o dedicante reconhecido possa pertencer ao grupo dos escravos.

A divindade a que o altar foi dedicado vem mencionada mediante as siglas S S D (vamos supor que a leitura D está correcta), separadas

1 Cf. ENCARNAÇÃO (José d’), «A necrópole romana da Quinta de Marim (Olhão): a onomástica enquanto índice socio-cultural», *Anais do Município de Faro* 21 1991 229-241. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/21615>.

por graciosas heras de longo pecíolo. No contexto, D não pode deixar de ser interpretado como a significar *D(eo)* ou *D(eae)*, «deus» ou «deusa», substantivo comum que vincaria o carácter divino da divindade atrás mencionada. E qual seria ela?

Diga-se, antes de mais, que o facto de se haverem utilizado siglas faz depreender que era fácil saber de que divindade se tratava: ou porque era de culto frequente na zona e todos sabiam ou porque o monumento se destinava a ser depositado no seu santuário². As representações laterais adequam-se, todavia, a qualquer númen, pois o sacrifício de uma cabra pode ser feito em honra de todas as divindades, protectoras, como são, dos animais de que nossa subsistência depende; por outro lado, o punhal simbolizava o acto de matar o animal a sacrificar. Nada, pois, de invulgar – a não ser a circunstância de não ser frequente.

Reutilizada na torre da igreja matriz de S. Clemente, em Loulé, foi achada uma ara em que a divindade vem identificada também mediante siglas: D S S. Como nas faces laterais foram gravadas um arco e uma aljava, optou-se por ver aí uma dedicatória a Diana: *D(ianae) S(ilvestri?) S(acrum)*³. A ‘aproximação’, formal e geográfica, dos dois monumentos leva a supor que poderá a divindade ser a mesma. Se se ler D no final da linha 1, a hipótese torna-se verosímil, de preferência a pensar-se numa oferta a *Silvanus*, divindade de cujo culto se não documentam vestígios no Ocidente peninsular. Certo é que, na dúvida, as hipóteses sugeridas têm variado: *S(ilvano) S(ancto?) T (?)*; *S(ancto)*

2 Cf. ENCARNAÇÃO (José d’), «Omissão dos teónimos em inscrições votivas», *Veleia* 2-3 1985-1986, 305-310. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/26770>

3 Cf. ENCARNAÇÃO (José d’), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, 2013, inscrição nº 58 (p. 104-105).

*S(ilvano) I(nvicto); S(aluti) S(anctae) D(eae); S(ilvano) S(ancto) D(omestico); S(ilvano) S(ilvestri) D(ianae)*⁴. E, por enquanto, não poderão passar de sugestões... E teve razão Leite de Vasconcelos, ao escrever, após analisar as várias possibilidades presentes: «Em todo o caso, julguei mais prudente colocar a inscrição nas incertas»⁵.

Um dado, porém, fica assente: onde a epígrafe foi posta existiu, no tempo dos Romanos, aí nos primórdios do século II da nossa era, um local de culto. Não se desdenharia pensar em santuário edificado, atendendo à pequenez da ara e à necessidade de estar devidamente salvaguardada. O certo é que a observação do terreno nas redondezas não proporcionou qualquer vestígio de eventual ocupação romana. Poderia, pois, partindo nós do princípio de que a ara não foi trazida de outro local (o que também é possível, claro!), ter existido apenas um ambiente propício ao contacto com as divindades, como tantos lugares amiúde nos proporcionam, porque ali nos sentimos bem, há um qualquer «génio» no ar!...

Quiçá esta nota possa igualmente vir a despertar curiosidades. É que Luísa Affonso dos Santos afirma, sem dar lugar a dúvidas: «Os Serros Altos é uma freguesia do concelho de Albufeira» (afirmação errada já em 1972), acrescentando que, na *Carta Archeologica do Algarve* relativa aos tempos históricos, elaborada por seu bisavô, Estácio da Veiga, Serros Altos seria, como outras a que ele aplicou essa terminologia, «povoação extinta ou arrasada e fundição antiga»⁶.

4 Foi identificada em **Alba Iulia**, na actual Romênia (CIL III 1154), uma dedicatória **Silvano Silvestri et Dianae**, como também refere Leite de Vasconcelos: **Religiões da Lusitânia**, Lisboa, III, 1913, p. 504, nota 3.

5 VASCONCELLOS 1913, p. 505.

6 SANTOS (Maria Luísa E. V. A. dos), **Arqueologia Romana do Algarve**, II vol., Lisboa, 1972, p. 129.

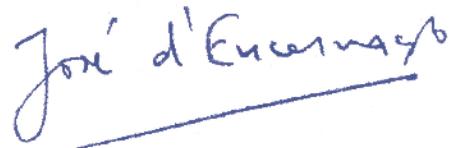
Na *Carta Archeologica do Algarve* respeitante aos tempos pré-históricos, Serros Altos vem indicado bem perto da costa. E se tentarmos localizar o topónimo através dos vulgares processos informáticos hoje em voga, aparece-nos a Estrada dos Cerros Altos – e é essa a localização boa do antigo povoado, junto do qual estaria o poço do Barnabé. Pistas porventura interessantes para, em obras que venham a fazer-se, se atentar melhor no terreno, com vista a detectarem-se mais informações. Aliás, que diz a tradição sobre esses lugares? Não haverá por aí lendas de moiras?

Idalina Nunes teve o condão de nos levar numa viagem pelo tempo e pelos lugares. Viagem rápida essa, que, todavia, nos deixou na boca o sabor agradável de um aperitivo a convidar para outras viagens, com mais delongas, com a curiosidade enorme de tudo voltarmos a interrogar – na busca de nossas raízes.

Para que as gentes de Ferreiras, as que estão por cá e as que partiram e ora sonham regressar, se sintam ferreirenses de alma e coração.

Encruzilhada foi, e é, a sua terra – e elas querem bem receber e não ter de partir outra vez; terra de buriladores da pedra – e na sua pedra, tal como *Peculiaris*, hão de gravar memórias!

Cascais, 13 de Outubro de 2019



Professor Doutor José d'Encarnação